

maloca  
revista de estudos indígenas



**DOSSIÊ MODOS DE LUTA E IMAGINAÇÕES POLÍTICAS AMERÍNDIAS  
CONTRA O ESTADO**

VOLUME 7 | ANO 2024 | PUBLICAÇÃO CONTÍNUA | ISSN 2675-3111

**Oiara Bonilla**

Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense  
Doutora em Antropologia da École des Hautes Études en Sciences Sociales  
Email: oiaronilla.uff@gmail.com  
orcid.org/0000-0002-2929-1580

**Diógenes Cariaga**

Professor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e docente externo no  
PPGANT/UFGD. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Santa Catarina.  
E-mail: diogenes.cariaga@uems.br  
orcid.org/0000-0002-8430-3134

**Joana Miller**

Professora Associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal  
Fluminense. Doutora em em Antropologia Social pelo Museu Nacional  
E-mail: miller.joana@gmail.com  
orcid.org/0000-0001-6113-8765

**Francisco Pazzarelli**

Professor da Universidade Nacional de Córdoba e Pesquisador Adjunto do CONICET,  
Argentina. Doutor em Ciências Antropológicas pela Universidade Nacional de Córdoba.  
E-mail: franciscopazzarelli@ffyh.unc.edu.ar  
orcid.org/0000-0003-0574-7093

Os textos publicados neste dossiê “*Modos de luta e imaginações políticas ameríndias contra o Estado*” são alguns frutos das discussões levadas à cabo ao longo do Grupo de Trabalho “A recusa do monomundo: modos de luta e imaginações políticas ameríndias contra o Estado” que aconteceu originalmente na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em 2023. Naquela ocasião, reunimos reflexões etnográficas a partir de diálogos, colaborações e pesquisas realizadas por pesquisadores indígenas e não indígenas que debateram as concepções de terra, de território e de bem viver, irredutíveis à ideia de “Um mundo” e às noções de desenvolvimento e de progresso, ressaltando os efeitos relacionados às transformações provocadas pelas tecnologias e pelos modos de organização política que são impostos aos povos indígenas. A proposta era construir uma reflexão sobre a ideia e o ato da recusa, e seus desdobramentos, como ferramenta de luta e modo de imaginação política para os coletivos indígenas. O resultado foi uma série de trocas comparativas entre diferentes experiências indígenas. Este dossiê se propõe a apresentar algumas delas.

Nele desenvolvem-se alguns aspectos da questão, em torno de três eixos temáticos. O primeiro aponta, a partir da temática feminina, para o papel central das mulheres indígenas nas mobilizações políticas atuais, tanto pela retomada e atualização de práticas tradicionais em

novos contextos, como pela recriação e ativação de uma imaginação político-ritual que se confronta com a violência colonial e extrativista. Esse enfrentamento se torna possível por meio da execução de cantos e danças, da realização de caiunagens, de trocas de comidas, de oferendas, de jogos e brincadeiras, da execução de novas atividades coletivas reinventadas, atualizadas, resgatadas. Ou seja, ele se realiza e se fortalece mobilizando a potência da partilha e da comunalidade como uma espécie de antídoto face à toxicidade à violência do capitalismo, do Estado e de seus projetos que, incessante e incansavelmente, ameaçam as terras e as vidas indígenas. Atos rituais e gestos simbólicos, mas também palavras. O poder da palavra, notadamente através da literatura indígena feminina, que inscreve e escreve o território e, no mesmo movimento, se torna pública, visível – fazendo com que do gesto poético, as vozes indígenas reemerjam, e que assim revertam o apagamento sistêmico e sistemático, que lhes foi imposto ao longo dos séculos.

Um segundo eixo estabelece justamente a importância da imaginação e da arte como ferramentas políticas de recusação deste ‘monomundo’, i.e. de recusa do modelo imposto de um único mundo possível: ocidental, branco, capitalista, produtivista, desenvolvimentista e todo voltado para a reprodução do mesmo e a exclusão do múltiplo e do diverso. A criatividade e a imaginação indígena, com seus tecidos, facões, cantos e enfeites, com sua poesia, desmultiplicam o cosmos, segura o céu e, ao recusar terminantemente o Um, procura manter vivas as possibilidades não só de transformação de seus mundos, mas também seus re-brotamentos. A arte indígena como linha de fuga mas também como possibilidade de ressurgência fértil e crítica, a despeito da destruição e da morte. A arte e a imaginação indígenas como puras potências de vida.

O último aspecto que ressaltamos, que perpassa todos os trabalhos, é a força vital do conjuramento como modo de sustentação dos mundos locais. Seja através das caiunagens ou das assembleias indígenas, seja através das diferentes declinações da evitação e do conjuramento, essas recusas se apresentam como formas de manter as coisas separadas e de estabelecer limites que resguardem e ajudem a cuidar dos mundos indígenas, preservando-os das capturas e dos englobamentos. As imagens que emergem como fronteiras, os cantos e jogos que permitem transformar os brancos em inimigos, a garantia das conversas indefinidas e infinitas, são aqui exploradas como ferramentas

que possibilitam fabricar posições que são simultaneamente armas de defesa e gestos sutis de cuidado. Os textos exploram, também, a dupla natureza dessas fronteiras, e nos permitem assim considerá-las como espaços de conexões parciais. Assim, podemos perguntar-nos então quais são os desafios dessas conexões em tempos em que os ataques aos mundos indígenas estão cada vez mais implacáveis e cruéis.

Os pontos anteriores condensam as principais contribuições temáticas dos trabalhos deste dossiê e traçam os contornos dos caminhos possíveis para uma conversa, cada vez mais indispensável, sobre o futuro dos mundos indígenas. O efeito comparativo que a leitura do conjunto produz, mostra, por um lado, a importância dos novos contextos cosmopolíticos de luta, militância e reivindicações indígenas. Esses espaços vão além das aldeias e dos territórios comunitários, carregando a força das ideias indígenas e as suas relações com as ruas, a arte, as cidades, e, inclusive, as instituições do Estado. Por outro lado, destaca-se a relevância da recusa como ato político vital que resguarda e defende ao mesmo tempo a diferença indígena. Neste ponto, torna-se indispensável recuperar os sentidos originais da proposta cosmopolítica de Stengers, que exige não somente solapar os fundamentos da política moderna como também manter um estado de atenção constante e de diálogo aberto com aquilo que identificamos como política indígena. Trata-se, em si mesma, de uma nova variação do juramento, que nos força a suspender e abandonar as pretensões englobantes da política tradicional e de suas explicações quase sempre demasiadamente apressadas.